

~~Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 77.º do Regulamento da Lei das Aquisições Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro; e~~

~~Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:~~

~~Artigo 1.º~~

~~Autorização~~

~~É autorizado o Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima a realizar as despesas com a Adenda n.º 3 ao contrato da Empreitada para a Reabilitação e Asfaltação da Estrada Assomada/Tarrafal na Ilha de Santiago, “Pavimentação do troço entre Cabeça Carreira, Chão Bom e Presídio (ex-Campo de Concentração do Tarrafal) na Ilha de Santiago”, no montante de 86.610.957\$68 (oitenta e seis milhões, seiscentos e dez mil, novecentos e cinquenta e sete escudos e sessenta e oito centavos), que inclui 15% (quinze por cento) de IVA no montante de 11.297.081\$44 (onze milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitenta e um escudos e quarenta e quatro centavos), considerando materiais e todas as demais despesas inerentes à completa execução dos trabalhos objecto da presente Adenda.~~

~~Artigo 2.º~~

~~Entrada em vigor~~

~~A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.~~

~~Vista e aprovada em Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 2013~~

~~O Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves~~

## Resolução n.º 25/2013

de 22 de Fevereiro

O trabalho infantil além de ser uma preocupação à escala mundial é, em particular, objecto de medidas dos sucessivos Governos de Cabo Verde e da sociedade civil.

Nesta senda, em 2001, Cabo Verde ratificou a Convenção 182.º, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e acção imediata para a sua eliminação e, em 2011, a Convenção 138.º, sobre a idade mínima de admissão ao emprego, ambas emanadas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Considerando o disposto nessas Convenções, esforços têm sido realizados por Cabo Verde na prevenção e erradicação do trabalho infantil, nomeadamente: o estabelecimento da idade mínima de admissão ao emprego, a participação no projecto Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil nos países da África Ocidental, a abertura de uma Unidade Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a realização de um inquérito nacional sobre o Trabalho Infantil.

Ademais, a criação do Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (CNPETI) é

uma recomendação saída de alguns encontros nacionais, nomeadamente o atelier de formação para o pessoal dirigente da Administração Pública sobre o Trabalho Infantil, o atelier sindical de formação e reciclagem sobre o Trabalho Infantil, da própria Organização Internacional do Trabalho – OIT, bem como dos compromissos assumidos pela delegação tripartida Cabo-verdiana nos encontros da CPLP e PALOP's.

Esta iniciativa responde ainda, aos compromissos assumidos pelos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP em Maio de 2006, em Lisboa, onde foi reafirmado que a Erradicação do Trabalho Infantil deveria ser uma prioridade da CPLP e de cada um dos Estados Membros.

Conjugando todos esses factores;

Dada a necessidade de se dar especial atenção à Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;

Com vista à implementação do “Plano de Acção Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Criação

É criado o Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (CNPETI), que funciona na directa dependência do membro do Governo que tutela a área da infância e do trabalho.

Artigo 2.º

Natureza e objectivo

1. O Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (CNPETI) é um órgão consultivo, de articulação e coordenação das actividades dos organismos e serviços públicos e privados com intervenção na área da infância e trabalho.

2. A Comissão tem por objectivo prevenir e erradicar o trabalho infantil em Cabo Verde.

Artigo 3.º

Competências

Compete ao Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o seguinte:

- Coordenar, monitorizar e avaliar a execução do “Plano de Acção Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”;
- Contribuir com propostas e sugestões para a definição de uma política pública de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- Zelar para que as leis nacionais respeitem as Convenções Internacionais para a área do Trabalho infantil ratificadas por Cabo Verde;
- Propor mecanismos para a monitorização da aplicação da Convenção 182.º e da Convenção 138.º, ambas da Organização Internacional do Trabalho;

- e) Funcionar como uma instância permanente de consulta e coordenação intersectorial e interministerial que assegure a implementação, seguimento e avaliação dos objectivos de prevenção e erradicação do Trabalho Infantil em Cabo Verde;
- f) Apresentar, até o mês de Dezembro de cada ano, à Assembleia Nacional e ao Governo, um relatório sobre o estado do Trabalho Infantil no país;
- g) O mais que lhe for cometido pelo membro do Governo que tutela a área da infância e do trabalho.

#### Artigo 4.º

##### Composição

1. Integram o Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, as seguintes entidades:

- a) Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA);
- b) Procuradoria-Geral da República (PGR);
- c) Direcção Geral dos Serviços Penitenciários e Reinserção Social – (DGSPRS);
- d) Polícia Nacional (PN);
- e) Inspecção-Geral do Trabalho (IGT);
- f) Direcção Geral do Trabalho (DGT);
- g) Direcção Geral do Emprego (DGE);
- h) Direcção Geral da Solidariedade Social (DGSS);
- i) Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC);
- j) Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);
- k) Direcção Geral da Saúde – (DGS);
- l) Direcção Geral da Juventude (DGJ);
- m) Instituto Nacional de Estatística (INE);
- n) Direcção Nacional da Educação – (DNE);
- o) Direcção Geral do Planeamento – (DGP);
- p) Fundação Cabo-Verdiana de Solidariedade (FCS);
- q) Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (ANMCV);
- r) Plataforma das Organizações Não Governamentais;
- s) Representantes da Sociedade Civil - 05 (Cinco) ONG's do sector da infância designadas pela Plataforma das ONG's;
- t) Caritas de Cabo Verde, em representação da Igreja Católica;
- u) Liga Nazarena, em representação da Igreja do Nazareno;

- v) União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical (UNTCC-CS);
- w) Confederação dos Sindicatos Livres (CCSL);
- x) Associação Comercial de Sotavento – ACS – em representação dos empregadores.

2. Cada órgão ou entidade com direito de representação no Comité deve indicar, através de despacho ou carta dirigida à entidade tutelar, o seu representante efectivo e o respectivo substituto.

#### Artigo 5.º

##### Reuniões

1. O Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil é presidido pelo membro do Governo que tutela a área da infância e trabalho ou seu substituto legalmente autorizado e reúne-se ordinariamente quatro vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente.

2. As reuniões do Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil são organizadas e secretariadas pelo representante do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA).

3. O Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, sempre que julgar necessário, convida outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas, bem como outras individualidades de reconhecido mérito na matéria, para participar, sem direito a voto, nas suas reuniões.

4. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) participam nas reuniões do Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil na qualidade de observadores permanentes.

#### Artigo 6.º

##### Despesas de participação

As despesas referentes à participação dos representantes nas actividades do Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil são suportadas pelo órgão ou entidade que representam.

#### Artigo 7.º

##### Apoio técnico e administrativo

O Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente – (ICCA) assegura o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comité Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

#### Artigo 8.º

##### (Entrada em Vigor)

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros de 17 Janeiro de 2013

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*